

A Carga Tributária para a Indústria de Transformação

A Indústria de Transformação brasileira deve encerrar 2014 com mais um resultado negativo para a produção, ratificando o quadro de baixa atividade fabril que caracterizou últimos quatro anos, período no qual a produção industrial recuou 7,4%. De fato, a indústria brasileira perdeu competitividade nos últimos anos, e a explicação para isso está no aumento dos custos de produção, dentre os quais se destacam a mão de obra e a carga tributária.

No que diz respeito à mão de obra, estudo recente do Sistema FIRJAN apontou o crescimento do Custo Unitário do Trabalho (CUT) como um dos fatores determinantes para a perda de competitividade da indústria. O crescimento dos salários bem acima da produtividade resultou em significativo aumento de custos, em contraste com o ocorrido em diversos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento¹.

Nesta nota técnica, o foco é a carga tributária incidente sobre a Indústria de Transformação brasileira. Com base em dados oficiais da Receita Federal, divulgados pela primeira vez em 2014, a análise a seguir mostra que a carga tributária para a indústria é 45,4% do seu PIB, o que significa que quase metade de tudo que é produzido pelo setor é direcionado para o pagamento de tributos. Com efeito, sua carga tributária é a mais elevada entre todos os setores e praticamente o dobro da incidente sobre a atividade produtiva como um todo.

Além disso, as estatísticas de arrecadação retratam a expressiva queda das margens de lucro das indústrias, evidenciando um dos principais motivos para o forte recuo dos investimentos em uma economia onde estes são tipicamente feitos com capital próprio, ou seja, com lucros retidos². Para se ter uma ideia, a arrecadação industrial do IRPJ e da CSLL³ apresentaram redução superior a 20% no período analisado.

Pesquisa recente feita pelo Sistema FIRJAN com 487 empresas fluminenses mostrou que a redução da carga tributária é a principal demanda empresarial, sendo apontada por 61% dos entrevistados. Conceitualmente, a carga tributária é definida pela relação entre a receita arrecadada pelo governo em seus três níveis, através do pagamento de tributos por parte da sociedade, e o fluxo de riqueza da nação, representado pelo PIB. Esta medida tem por objetivo mostrar quanto do total produzido pelo país foi destinado para o governo através de tributos.

¹ "Custo do Trabalho no Brasil", Sistema FIRJAN, 2014.

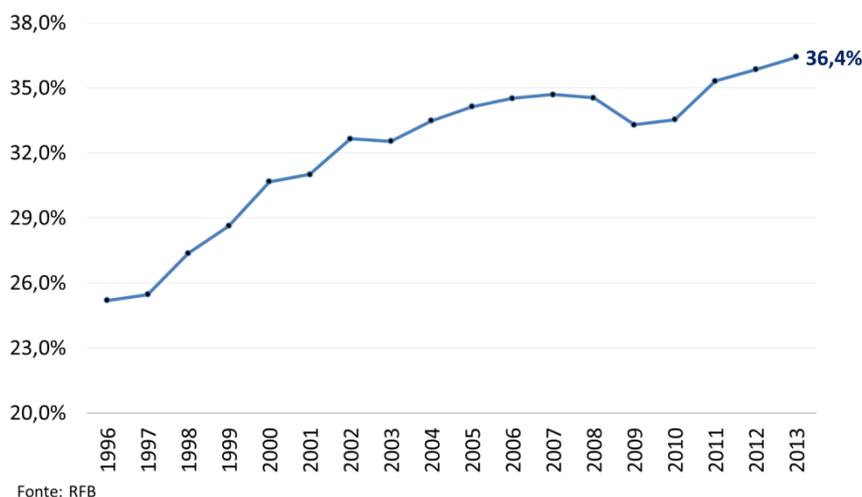
² A queda da taxa de poupança entre 2010 e o primeiro trimestre de 2014 deve-se, essencialmente, à redução da poupança das empresas não financeiras devido à queda do lucro retido das companhias de capital aberto e das maiores empresas fechadas não financeiras. Rocca C. A. e Santos Jr. L. M. "Redução da Taxa de Poupança e o Financiamento dos Investimentos no Brasil – 2010-2013", IBMEC, 2014.

³ Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).



No Brasil, a carga tributária apresenta trajetória ascendente desde 1996, tendo atingido novo valor recorde de 36,42% do PIB em 2013, conforme divulgado no final de dezembro do ano passado pela Receita Federal do Brasil (RFB). O gráfico 1 mostra o inequívoco aumento do peso dos tributos sobre a economia brasileira a partir da segunda metade da década de 1990.

Gráfico 1 – Evolução da Carga Tributária Brasileira (% do PIB)



No ano passado, pela primeira vez, a Receita Federal do Brasil (RFB) publicou os dados da arrecadação tributária federal abertos por atividades econômicas e por tributos (PIS/Cofins, INSS, IPI, IRPJ, CSLL e Outros tributos federais⁴). Até então, estavam disponíveis com essa abertura apenas os dados de arrecadação do ICMS, o principal imposto estadual. Somados, os tributos federais e o ICMS representam 66% do total de tributos pagos pelas empresas brasileiras, o equivalente a R\$ 1,04 trilhão⁵, segundo dados referentes a 2012.

Com base nesse montante, a divisão setorial da arrecadação de tributos pelas empresas está disponível da seguinte forma: i) Serviços + Construção Civil + SIUP, ii) Indústria de Transformação, iii) Comércio e iii) Agropecuária + Indústria Extrativa – tabela 1. Individualmente, a Indústria da Transformação responde por quase um terço (31,1%) da arrecadação de tributos; a arrecadação dos 24 segmentos manufatureiros alcançou R\$ 322,7 bilhões naquele ano.

Tabela 1 – Distribuição da arrecadação por setores econômicos e tributos – 2012

Setor Industrial	R\$ bilhão	Participação	ICMS	PIS/Cofins	Outros	INSS	IPI	IRPJ	CSLL
Serviços + Construção + SIUP	467,8	45,1%	21,1%	16,0%	24,9%	18,2%	0,3%	13,1%	6,4%
Indústria de Transformação	322,7	31,1%	37,3%	21,7%	13,3%	13,2%	7,0%	5,1%	2,5%
Comércio	227,3	21,9%	47,2%	16,3%	9,1%	15,1%	1,7%	6,8%	3,7%
Agropecuária + Indústria Extrativa	19,9	1,9%	19,3%	12,6%	27,1%	19,6%	0,4%	13,4%	7,5%
Total Federais + ICMS	1.037,7	100,0%	31,8%	17,8%	17,9%	16,0%	2,7%	9,2%	4,6%

Fonte: RFB e Confaz | Elaboração: Sistema FIRJAN

⁴ Outros tributos federais: IRRF-Capital, IOF, II, Simples Nacional, CIDE-Combustíveis e outras taxas e tributos federais. RFB, Dados Setoriais 2008/2012 (*Cetad - Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros. Agosto/2014*).

⁵ A parcela restante, de 34% da arrecadação, compreende, além do ISS e os impostos sobre propriedades, contribuições de trabalhadores e autônomos para o INSS, tributos sobre a folha de pagamento do trabalhador e tributos sobre pessoa física, além de multas e juros. Infelizmente, esses dados não são disponibilizados com abertura setorial. Isso significa que a parcela das empresas brasileiras na arrecadação de tributos é superior a isso, mas por falta de dados oficiais e públicos abertos por atividade econômica não foi possível incluir no cálculo as arrecadações relativas aos impostos sobre propriedade, como IPTU e IPVA.



A abertura por tributos mostra que o principal fardo para a indústria é o ICMS cobrado pelos estados, responsável por mais de um terço (37,3%) da arrecadação. Em relação aos tributos federais, PIS/COFINS são os mais relevantes (21,7% da arrecadação), seguidos pelo INSS (13,2%). Quanto ao IPI, apesar de ser um tributo tipicamente industrial, incidente sobre o valor das vendas, representa apenas 7,0% do total de tributos pagos pela indústria de transformação brasileira, percentual equivalente ao arrecadado pelo IRPJ e pela CSLL (7,6%), tributos cuja base de cálculo é o lucro.

Na comparação com os demais setores, a baixa participação do IRPJ e da CSLL observada na tabela 1 chama a atenção para o fato de que o setor industrial tem a menor margem de lucro. Mais que isso. Como mostra a tabela 2, que apresenta a evolução da arrecadação entre 2009 e 2012, houve redução superior a 20% na arrecadação industrial destes tributos, por conta da redução da base de cálculo⁶. Em contraste, nos setores de Comércio e Serviços + Construção Civil + SIUP houve forte crescimento dos mesmos⁷. Em que pese o comportamento daqueles tributos, a tabela 2 mostra que a arrecadação total avançou em todos os setores entre 2009 e 2012; em média, o crescimento real da arrecadação total foi de 21,1% no período analisado.

Tabela 2 – Crescimento real da arrecadação por setor econômico e tributo – 2012/2009

Setor Industrial	Total	ICMS	PIS/Cofins	Outros	INSS	IPI	IRPJ	CSLL
Serviços + Construção + SIUP	24,4%	17,6%	22,3%	28,2%	33,9%	18,2%	25,6%	13,2%
Indústria de Transformação	10,5%	15,4%	12,9%	15,5%	23,2%	4,2%	-26,9%	-20,2%
Comércio	31,7%	22,2%	41,7%	60,2%	35,4%	41,0%	38,7%	33,8%
Agropecuária + Indústria Extrativa	22,8%	2,1%	46,3%	101,7%	51,7%	54,5%	-10,6%	-38,4%
Total Federais + ICMS	21,1%	18,0%	22,1%	29,2%	31,6%	8,8%	12,3%	5,9%

Fonte: RFB e Confaz | Elaboração: Sistema FIRJAN

Combinando os dados de arrecadação com as estimativas de PIB setorial (ver Anexo Metodológico) foi possível calcular a carga tributária brasileira por setores. O gráfico 2 mostra que para a indústria de transformação esta é de 45,4% do seu PIB, o que significa que quase metade de tudo que é produzido pelo setor industrial é direcionado para o pagamento de tributos. Com efeito, sua carga tributária é a mais elevada entre todos os setores e praticamente o dobro da carga tributária incidente sobre a atividade produtiva como um todo (23,6%)⁸. Os setores de Serviços + Construção + SIUP apresentavam, em conjunto, carga tributária de 17,6%, enquanto nas atividades primárias de Agropecuária + Indústria Extrativa este percentual é de 5,4%.

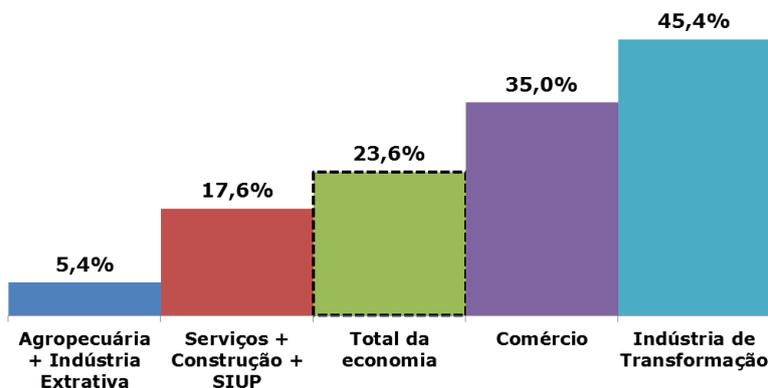
⁶ A arrecadação de IRPJ e CSLL também recuou para Agropecuária + Indústria Extrativa.

⁷ Único setor exposto à concorrência externa, a indústria comprimiu suas margens na tentativa de competir com as importações. Já os demais setores, imunes a concorrência externa, puderam repassar o aumento de custos aos preços ou importar bens produzidos em outros países a menores custos. Ilustram esta dinâmica o comportamento da inflação de serviços, acima de 8,0% desde novembro de 2012, e da balança comercial de manufaturados, cujo saldo em 2014 fechou no negativo.

⁸ A carga tributária total da economia, 35,9% do PIB em 2012, agrega, além desta, a parcela incidente sobre o trabalho, propriedades e pessoa física.



Gráfico 2 – Carga tributária brasileira por setores, como proporção do PIB - 2012



Os dados mostram ainda que a carga tributária para a indústria de transformação não só é a maior como também foi a que mais cresceu no período analisado – tabela 3. Entre 2009 e 2012 houve aumento de 7,1 pontos percentuais, muito superior ao observado para os demais setores. Isso reflete a combinação de crescimento da arrecadação e queda do PIB industrial no período (ver Anexo Metodológico).

Tabela 3 – Carga Tributária por setores, como proporção do PIB – 2009-2012

Setores	2009	2010	2011	2012	2009 - 2012 em p.p.
Serviços + Construção + SIUP	15,9%	16,5%	17,4%	17,6%	1,6
Indústria de Transformação	38,3%	40,2%	43,7%	45,4%	7,1
Comércio	30,7%	32,7%	34,1%	35,0%	4,2
Agropecuária + Extrativa	6,2%	6,8%	6,5%	5,4%	-0,8
Total da economia	21,7%	22,6%	23,6%	23,6%	1,9

Fonte: Sistema FIRJAN

As estatísticas apresentadas não deixam dúvidas de que a carga tributária representa um grande e desproporcional entrave à atividade industrial – o mesmo setor que é responsável por 16,2% do PIB brasileiro responde com 31,1% da arrecadação total. Os dados mostraram ainda que o custo tributário para a Indústria de Transformação cresceu significativamente nos últimos anos, dificultando ainda mais a recuperação do setor.

Não há dúvidas, portanto, que a retomada do crescimento industrial passa inexoravelmente pela redução da carga tributária incidente sobre a Indústria de Transformação. Esta e o custo do trabalho certamente são os maiores entraves ao setor. Sem que sejam realmente atacados, continuaremos com produção e investimentos em baixa e, no final das contas, perdas de postos de trabalho. Nesse sentido, o ano de 2014 é emblemático: queda da produção da Indústria de Transformação e dos investimentos, além de saldo negativo de geração de empregos no mercado de trabalho industrial.

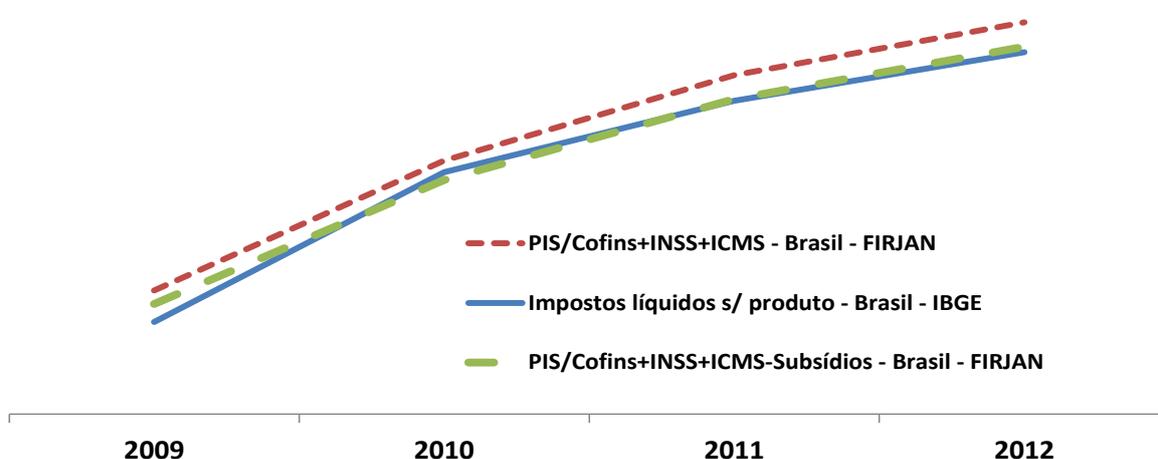


Anexo Metodológico

O cálculo da carga tributária depende não só das estatísticas de arrecadação, divulgadas de forma inédita pela RFB no ano passado e analisadas anteriormente, mas também dos dados de PIB por setores. Entretanto, o IBGE não divulga estes dados, mas apenas os referentes ao Valor Adicionado Bruto (VAB), que corresponde ao PIB, descontados os impostos líquidos de subsídios sobre produtos (ILSP).

Dessa forma, para calcular o PIB setorial deve-se estimar o ILSP por setor. A estimativa do ILSP para o total da economia (linha verde) é mostrada no gráfico 4, e é representada pelo somatório dos tributos PIS/Cofins + INSS + ICMS (linha vermelha), descontados os subsídios. Nota-se que ela replica quase perfeitamente a série original divulgada pelo IBGE.

Gráfico 4 – Estimativa dos Impostos líquidos de subsídios sobre produto (ILSP)



Fonte: IBGE, RFB e STN | Elaboração: Sistema FIRJAN

Assim, para se chegar ao ILSP por setores basta estimar o valor dos subsídios setoriais, o que foi feito com base na distribuição setorial da arrecadação. O PIB por setores é o somatório do VAB com o ILSP, conforme mostrado pela tabela 4. Em 2012, a indústria de transformação gerou um PIB de R\$ 710,7 bilhões (16,2% do total). Trata-se do segundo maior setor da economia, atrás apenas do conjunto Serviços + Construção + SIUP, que em 2012 alcançou R\$ 2.7 trilhões (60,7% do total).

Tabela 4 – PIB por setores econômicos – 2012

Setores	VAB	Impostos líquidos de subsídios sobre produtos (ILSP)			PIB
		PIS/Cofins + INSS + ICMS	Subsídio	Total	
Serviços + Construção + SIUP	2.410.695	258.775	5.246	253.529	2.664.224
Indústria de Transformação	482.494	232.960	4.722	228.238	710.732
Comércio	474.743	178.836	3.625	175.211	649.954
Agropecuária + Indústria Extrativa	357.140	10.255	208	10.047	367.187
Total da economia	3.725.069	680.826	13.801	667.025	4.392.094

Fonte: IBGE, RFB e STN / Elaboração: Sistema FIRJAN



A tabela 5 apresenta a evolução do PIB por setores. Ao contrário dos demais, que voltaram a crescer a partir de 2010, a Indústria de Transformação registrou queda do PIB nos anos seguintes, fazendo com que sua participação no PIB brasileiro recuasse de 19,3% em 2009 para 16,2%. Essa forte queda no PIB industrial combinada com crescimento da arrecadação explica o salto da carga tributária para o setor no período analisado. O PIB de todos os demais setores avançou no período.

Tabela 4 – PIB por setores: crescimento e participação – 2009-2012

Setor Industrial	Taxa de crescimento do PIB				Participação dos setores no PIB			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Serviços + Construção + SIUP	2,8%	6,5%	3,0%	2,8%	59,8%	59,2%	59,4%	60,7%
Indústria de Transformação	-2,7%	6,2%	-4,8%	-7,8%	19,3%	19,1%	17,7%	16,2%
Comércio	-0,4%	9,1%	4,1%	1,9%	14,2%	14,4%	14,6%	14,8%
Agropecuária + Indústria Extrativa	-17,5%	18,2%	17,5%	0,9%	6,6%	7,3%	8,3%	8,4%
Total da economia	-0,3%	7,6%	2,7%	0,7%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Sistema FIRJAN